

Mercado teme aumento de custos com decreto do gás boliviano

Agentes apontam risco de desabastecimento e consideram ainda prematuro prever impactos no leilão A-3, marcado para meados de junho

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios

02/05/2006

A decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar as reservas de gás natural despertou forte preocupação entre os principais agentes do setor. A medida, decretada na última segunda-feira, 1º de maio, tem impacto direto sobre a Petrobras, que investiu mais de US\$ 1 bilhão entre 1994 e 2005, equivalente a 20% dos investimentos diretos naquele país. A maior preocupação dos setores envolvidos é com um eventual aumento do custo do gás. Um dos pontos de maior atenção é a realização do leilão de energia nova na modalidade A-3, previsto para acontecer no dia 12 de junho.

Segundo o consultor da Excelência Energética, José Said de Brito, a avaliação inicial indica que a ação da Bolívia foi impulsionada muito mais por oportunismo econômico do que por cunho político. A razão, avaliou, está no conhecimento deles sobre o risco de abastecimento que o Brasil enfrenta, além da dependência que temos sobre o gás daquele país.

"O momento é estrategicamente ruim para o Brasil", destacou. Segundo Said, o preço do gás boliviano pode ser considerado baixo - algo entre US\$ 1,20 por milhão de BTUs e US\$ 1,30 por milhão de BTUs, mas ressaltou que a receita para a Bolívia é "interessante", em função do custo de oportunidade embutido. Na visão do consultor, há um risco muito grande de elevação dos custos para o Brasil.

Said acredita na possibilidade de acordo, mas a sinalização dos bolivianos, disse, aponta para a elevação das margens de lucro a serem deixadas na Bolívia. Para ele, o Brasil terá que ser criativo para administrar a questão já no próximo leilão. Entre as alternativas por ele vislumbradas está a adoção de tratamento especial para as usinas *botox* que foram licitadas no antigo modelo, com pagamento de Uso do Bem Público, segundo ele, hoje inviabilizadas com a adoção do critério da menor tarifa.

Outra saída, aponta, está na adoção de incentivos a fontes como pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, além da oferta das hidrelétricas *botox*. "Isso pode ajudar a amenizar o risco", observou Said, que descarta a possibilidade de corte no fornecimento. Caso ocorra, considerou, o setor elétrico será duplamente atingido, já que não haverá produção de óleo combustível em quantidade suficiente para atender à demanda que surgiria com uma eventual migração pela indústria, apesar da auto-suficiência. Além disso, a substituição do gás pela energia elétrica pode aumentar o risco de abastecimento no país com elevação excessiva da geração, em caráter substitutivo.

Decisão unilateral- Já o diretor-presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales**, ressaltou que a decisão unilateral de Morales afasta os investidores daquele país, o que compromete o abastecimento de energia com a redução dos aportes. Na visão de Sales, ainda é prematuro prever os impactos sobre o leilão A-3, mas o executivo concorda com a possibilidade de um eventual aumento de custos. "O cenário atual indica uma possível elevação dos custos do gás, refletindo nos preços da energia elétrica", afirmou.

A indústria, por sua vez, também não vê risco de corte no fornecimento, mas também destacou o risco de aumento de custos para o país. Segundo nota divulgada pela Confederação Nacional da Indústria, a entidade está avaliando os desdobramentos da crise. O presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, também manifestou preocupação com a questão dos preços. Para ele, qualquer alteração na estrutura de preços resultará em pressão imediata de custos no Brasil, o que poderá gerar incertezas.

As conseqüências do decreto de Evo Morales ainda estão sendo analisadas pela Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas. Segundo o presidente da Abraget, Xisto Vieira Filho, a

associação ainda observa os desdobramentos da situação, mas o grande ponto de interrogação recai sobre o futuro do suprimento pelo gasoduto Brasil-Bolívia.

"Se não há redução, a situação é tranqüila, pois temos bastante água nos reservatórios e não precisamos acionar as térmicas na base", disse Xisto. Caso ocorra diminuição na oferta, destacou, será preciso analisar qual a redução que ocorreria nos volumes de gás comercializados, e em que preço. Xisto vê, entretanto, risco de impacto muito baixo sobre o leilão A-3.

O executivo explicou que a grande maioria das termelétricas já não poderiam entrar no leilão, em função do atual déficit de gás no país. De acordo com Xisto, a conjuntura de mercado atual já implica na ausência de contratos de gás. A situação, acrescentou o presidente da Abraget, pode ser agravada nos próximos três anos, já que é previsto um crescimento desse déficit. Para ele, a energia de térmicas que será negociada no próximo dia 12 de junho será muito pequeno.

Para a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres, uma das maiores preocupações também é o risco em relação ao abastecimento. De acordo com o coordenador de óleo e gás da Abrace, Luiz Antônio Veiga Mesquita, a entidade está acompanhando o caso, cuja solução encontra-se na esfera diplomática. Mesquita contou que a Abrace está elaborando um documento sobre a visão da entidade.

Ele, porém, antecipou que a associação pretende cobrar do governo um lugar para a associação em um eventual grupo de trabalho que venha a ser criado para estudar medidas emergenciais de abastecimento, caso se configure problemas de oferta. Além disso, disse, a entidade pleiteará medidas de longo prazo para reduzir a dependência do gás boliviano. Na visão da Abrace, segundo Mesquita, ainda é cedo para enxergar as conseqüências do decreto, uma vez que a proposta de Morales é genérica.

O risco maior, avalia, é de aumento do preço do gás, que pode trazer conseqüências no médio prazo. "Os contratos de fornecimento com as distribuidoras, atualmente, estão garantidos pela estatal", disse. Do mesmo modo, de acordo com o executivo, é prematuro prever quais serão as possíveis implicações do decreto no leilão A-3. "Muita coisa ocorrerá nesses 40 dias", disse.

Desabastecimento - Já a Petrobras garante que os consumidores não têm por que se preocupar com uma possível falta de gás natural do país. O presidente da companhia, José Sergio Gabrielli de Azevedo, afirmou em Brasília que não há risco de desabastecimento no país. Ele participou de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta terça-feira, 2, para debater as ações a serem tomadas diante da decisão da Bolívia. Na reunião estiveram presentes ainda o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, entre outros.

A Petrobras é responsável, na Bolívia, pela exportação de 75% do gás para o Brasil, de 46% das reservas de gás natural, de 95% da capacidade de refino e de 23% da distribuição de derivados. Pelo contrato, a estatal pode comprar até 30 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia. Desse total, segundo a estatal, atualmente são escoados aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários, através do Gasbol. A maior produção importada da Bolívia é consumida principalmente pelos consumidores as regiões Sul e Sudeste.

A decisão de Evo Morales estabelece que as empresas petrolíferas que hoje atuam na Bolívia deverão entregar toda a produção à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. Nesse sentido, a empresa passa a assumir a comercialização do insumo, definindo todas as condições, como volumes e preços, tanto para o mercado interno como para a exportação e industrialização. Ainda segundo o decreto, as empresas só poderão operar no país caso acatem o decreto em até 180 dias. Nesse período, o decreto prevê ainda o repasse de 82% do valor da produção para o governo e 18% para as companhias.

Em entrevista ao canal Telesur, o ministro de hidrocarbonetos da Bolívia, Andres Soliz Rada, anunciou a realização de auditorias para verificar o volume de investimento das petroleiras no país, além de toda a movimentação econômica feita na última década. "O resultado das auditorias nos levará a determinar os tipos de contrato e o nível de tributações", explicou. De acordo com Sada, o resultado das auditorias determinará a elaboração dos novos contratos.

Com informações da Agência Brasil